

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA A PARTIR DE VARIÁVEIS DE  
POBREZA NOS MUNICÍPIOS DO RS, EM 2000 E 2010**

**MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO**

**Fabrina do Carmo Marin Loro**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA A PARTIR DE VARIÁVEIS DE POBREZA  
NOS MUNICÍPIOS DO RS, EM 2000 E 2010**

**Fabrina do Carmo Marin Loro**

Monografia de Graduação apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Centro de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**

**Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Rita Inês Paetzhold Pauli**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Curso de Ciências Econômicas**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Graduação

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): UMA ANÁLISE  
COMPARATIVA A PARTIR DE VARIÁVEIS DE POBREZA NOS  
MUNICÍPIOS DO RS EM 2000 E 2010**

Elaborada por  
**Fabrina do Carmo Marin Loro**

Como requisito parcial para obtenção do título de  
**Bacharel em Ciências Econômicas**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Rita Inês Paetzhoid Pauli, Dra, (UNICAMP)**  
(Presidente/ Orientador)

---

Solange Regina Marin, Dra, (UFPR)

---

Elder Estevão de Mello, Ms, (UFSM)

Santa Maria, 17 de junho de 2015.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, à Deus, por ser meu grande mestre e protetor, por ter me guiado, ter colocado em meu caminho pessoas boas na qual eu pudesse contar, e por ter me dado forças para concluir mais essa etapa de minha vida.

À minha mãe Marileuza Marin (in memoriam), que sempre se fez presente em minha vida e que me ensinou desde cedo que para chegar ao resultado almejado é necessário ter persistência, ser humilde, batalhar de forma honesta, correr atrás dos objetivos porque só assim os sonhos se tornam realidade.

À minha irmã, Andréia Marin, que sempre foi minha companheira de jornada, minha melhor amiga, sempre me aconselhando e me dando forças nas horas mais difíceis, muitas vezes mostrando mais maturidade que eu.

Ao meu noivo, Evandro Noal, por toda a compreensão e companheirismo que me proporcionou ao longo dessa trajetória, sempre me apoiando, me incentivando e confiando na minha capacidade.

Aos meus avós Nilton e Lúcia Marin, por terem sido minha estrutura familiar, por ter me ensinado a dar valor às pequenas coisas da vida, sempre muito dedicados e muito amorosos.

À minha amiga e colega Angélica Luiza Seibert, por fazer parte de toda trajetória de faculdade, mostrando-se sempre fiel, companheira de estudos, em prol da realização de um mesmo sonho.

À minha orientadora, Professora Rita Pauli, pela sua disponibilidade, paciência, pelos seus ensinamentos me auxiliando para a concretização desta monografia.

A todos os demais professores do curso, pela dedicação e ensinamentos em sala de aula, que sem dúvida alguma, me fizeram crescer como pessoa oferecendo-me maiores conhecimentos.

Por fim, quero agradecer a todas amigas de faculdade, às amigas que dividi apartamento e aos demais familiares, que de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui com garra e persistência.

## RESUMO

Monografia de Graduação  
Curso de Ciências Econômicas  
Universidade Federal de Santa Maria

### **PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): UMA ANÁLISE COMPARATIVA APARTIR DE VARIÁVEIS DE POBREZA NOS MUNICÍPIOS DO RS EM 2000 E 2010**

AUTOR: FABRINA DO CARMO MARIN LORO

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Dra. RITA PAULI

Data e local da Defesa: Santa Maria, 17 de junho de 2015.

Esta monografia tem por objetivo mostrar a situação dos principais indicadores da pobreza em dois momentos específicos, um anterior a implantação do PBF (2000) e outro, com a consolidação do Programa (2010) no Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios que possuem acima de 10% da população beneficiada pelo PBF. Para alcançar o objetivo promoveu-se a revisão teórica acerca das temáticas, pobreza e meios de vida à luz das políticas públicas de transferência de renda. Os procedimentos metodológicos consistem na identificação dos municípios com maior número de beneficiários do PBF no Rio Grande do Sul *vis à vis* os municípios de menor renda domiciliar per capita, e o estudo de variáveis relevantes na análise da pobreza em 23 municípios gaúchos. As principais fontes de dados secundários foram buscadas no IPEADATA, DATASUS, IBGE e Atlas Brasil. A principal conclusão é que considerando os dois anos estudados, comparativamente, a pobreza no concernente às suas variáveis mais representativas reduziu-se no estado, porém ainda mais nos 23 municípios analisados, embora se tenha verificado que no ano de 2010, os benefícios do PBF, na sua grande maioria, não foram repassados aos municípios de menor renda *per capita* média.

**Palavras-chave:** Pobreza, Meios de Vida, Programa Bolsa Família.

## **ABSTRACT**

Monograph of graduation  
Economics Course  
Santa Maria Federal University

### **FAMILY SCHOLARSHIP PROGRAM (PBF): AN ANALYSIS OF COMPARATIVE VARIABLE APARTIR POVERTY IN THE MUNICIPALITIES OF RS IN 2000 AND 2010**

**AUTHOR:** FABRINA DO CARMO MARIN LORO  
**GUIDANCE:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. RITA PAULI  
**Date and Place of Defense:** Santa Maria, June 17, 2015.

This paper aims to show the situation of the main poverty indicators in two specific moments, a previous deployment of GMP (2000) and another with the consolidation of the program (2010) in the State of Rio Grande do Sul, in the cities that have over 10% of the population benefited from the PBF. To achieve the goal promoted the theoretical review about the themes, poverty and livelihoods since de study of the public policies of income transfer. The methodological procedures consist in identifying the counties with the highest number of PBF in Rio Grande do Sul in front of the municipalities with the lowest per capita household income, and the study of relevant variables in the analysis of poverty in 23 municipalities gauchos. The main sources of secondary data were sought in IPEADATA, DATASUS, IBGE and Atlas Brazil. The main conclusion is that considering the two years studied comparatively poverty in regarding to their most significant variables was reduced in the state, but even more in the 23 municipalities analyzed, although it was found that in 2010, the benefits of PBF , for the most part, were not passed on to the municipalities with the lowest average per capita income.

**Key words:** poverty, livelihoods, PBF

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Função dos órgãos governamentais na gestão e execução do PBF.....	27
Quadro 2 - Condicionalidades do PBF.....	28

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise comparativa da variável educação nos municípios gaúchos.....	34
Tabela 2 - Análise comparativa da mortalidade infantil nos municípios gaúchos.....	36
Tabela 3 - Análise comparativa das variáveis infraestruturais nos municípios gaúchos.....	38
Tabela 4 - Análise comparativa da renda per capita domiciliar dos municípios gaúchos.....	40
Tabela 5 - Análise comparativa da renda per capita domiciliar dos municípios gaúchos que 5% da população foi beneficiada pelo PBF em 2010.....	42



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	12
<b>2.1 Economia da Pobreza</b> .....	12
2.1.1 Contextualização da Pobreza.....	12
2.1.2 Abordagem dos Meios de vida .....	16
<b>2.2 Políticas Públicas de Combate à Pobreza</b> .....	19
2.2.1 Contextualização das Políticas Publicas e as funções do Governo .....	19
2.2.2 Histórico das Políticas Sociais de Distribuição de Renda do Brasil.....	21
2.2.2.1 Programa de Transferência de Renda na cidade de Campinas, Ribeirão Preto (SP) e Brasília (DF).....	22
2.2.2.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.....	22
2.2.2.3 Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima.....	23
2.2.2.4 Bolsa Escola .....	23
2.2.2.5 Bolsa Alimentação.....	23
2.2.2.6 Auxílio Gás.....	24
2.2.2.7 Cartão Alimentação .....	24
2.2.3 Programa Bolsa Família e suas Condicionais .....	25
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS</b> .....	29
<b>3.1 Método de Abordagem</b> .....	29
<b>3.2 Método de procedimentos</b> .....	29
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	32
<b>4.1 Relação entre Pobreza e Educação</b> .....	34
<b>4.2 Relação entre Pobreza e Mortalidade Infantil</b> .....	35
<b>4.3 Relação entre Pobreza e Infraestrutura Domiciliar</b> .....	37
<b>4.4 Relação entre Pobreza e a Renda Per Capita Domiciliar</b> .....	40

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>50</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A partir da Constituição de 1988, os programas de transferência de renda deixaram de ter um caráter meramente assistencialista, e passaram a se tornar um direito de cada cidadão brasileiro. Conforme a Emenda Constitucional nº. 64, de 04 de fevereiro de 2010, que deu nova redação ao art. 6 da Constituição Federal (CF): “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

É com este embasamento que o governo vem utilizando-se de Políticas Públicas de forma distributiva e de cunho social, a fim de suprir as necessidades e buscar oferecer melhores condições de vida à população mais vulnerável no intuito de reduzir a pobreza e a desigualdade social do país.

Com este objetivo, o Governo Federal instituiu, em outubro de 2003, o Programa Bolsa Família (Lei 10.836/04 regulamentada pelo Decreto nº. 5.209/04), na qual reuniu outros quatro programas de transferência de renda que anteriormente existiam: Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

O Programa Bolsa Família tem como finalidade diminuir o nível da miséria no país, através de um benefício de transferência de renda direta, na qual é arrecadada através de impostos, subsídios, e que depois é redistribuída aos que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza. A finalidade do Programa é oferecer o mínimo de condições de qualidade de vida aos mais necessitados, em especial, a alimentação, a saúde e a frequência escolar.

Com base nas informações obtidas é de importância crucial analisar se a pobreza vem reduzindo-se com o auxílio do programa Bolsa Família, trazendo maior qualidade de vida as pessoas, nos municípios gaúchos que mais recebem o benefício.

Outra justificativa que demonstra que a análise de estudo é importante, é o que diz respeito à abrangência e magnitude que esse Programa vem apresentando no País e no Estado. Desde sua criação teve um incremento de 94,44% no país, e 56,11% no RS no que se refere ao número de beneficiários, considerando o período de análise desta pesquisa (2004-2010)<sup>1</sup>.

Portanto, levando-se em conta que o Programa Bolsa Família impacta no país e RS, e conta com um número ascendente de beneficiários, é necessário fazer uma análise se o mesmo

---

<sup>1</sup> Dados extraídos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA).

contribuiu em melhorias nos índices de pobreza no estado, em especial, aos municípios que mais receberam o benefício em 2010.

Há, também, que se considerar que o tema é polêmico e que possui controvérsias, pois não há um consenso entre os autores que discutem os resultados do programa. Assim, vários trabalhos teóricos e empíricos que abordam o tema, apresentam pontos de divergência quanto à eficácia dessa política pública, de modo que o benefício não tem contribuído para a queda da pobreza, ou relativizando os reais benefícios deste Programa.

Considerando os argumentos apresentados, este estudo buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: *Houve redução das variáveis estudadas sobre a pobreza nos municípios gaúchos que mais receberam o benefício do Programa Bolsa Família em 2010?*

Partindo desta indagação, explicita-se como objetivo central mostrar a situação dos principais indicadores da pobreza em dois momentos específicos, um anterior a implantação do PBF (2000) e outro, com a consolidação do Programa (2010) no Estado do Rio Grande do Sul, e nos municípios que possuem acima de 10% da população beneficiada pelo PBF.

Adicionalmente, como objetivos específicos para esta monografia, buscar-se-á contextualizar a pobreza na sua forma multidimensional através das concepções de Amartya Sen seguida da Abordagem dos Meios de Vida de Frank Ellis, assim como descrever as Políticas Públicas e as Funções do Estado na redução da pobreza e da desigualdade social. Além disso, descrever as especificidades do PBF e suas condicionalidades e mostrar se os municípios gaúchos que mais receberam o benefício do PBF foram àqueles que apresentaram um maior contingente de pobres.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem teórica que norteia a pesquisa centra-se em dois pilares analíticos: Economia da Pobreza e Políticas Públicas, conforme descrito nas subseções que seguem. Primeiro, contextualizar a pobreza seguida da Abordagem dos Meios de Vida e, posteriormente, delinear as principais funções do Estado a partir da política pública, objetivando configurar a inserção das políticas de transferência de renda no amplo escopo das ações específicas do Estado.

### 2.1 Economia da Pobreza

#### 2.1.1 Contextualização da Pobreza<sup>2</sup>

A pobreza tem-se revelado como temática central nas discussões de uma ampla parcela de pesquisadores, sendo que o que mais se persegue neste contexto analítico é explicitar as diferentes dimensões objetivas e subjetivas, capazes de caracterizar as variáveis relevantes no conceito de pobreza.

Há uma vasta literatura sobre esse tema, assim como há várias definições para a pobreza, porém não há uma definição unânime para os estudiosos sobre o assunto. Pode-se dizer que ela diz respeito ao princípio da carência que o ser humano tem em relação a que julga-se dizer como necessário (SALAMA; DESTREMAU, 1999).

Ribeiro (2012), afirma que na abordagem unidimensional, a pobreza está ligada ao caráter econômico, apenas voltado à renda, sendo que a pobreza neste contexto, seria entendida como uma insuficiência de renda para suprir as necessidades básicas das pessoas.

---

<sup>2</sup> Entende-se que são vários os autores que estudam o fenômeno da pobreza na literatura especializada, porém neste trabalho as abordagens teóricas ancoram-se em duas fontes: Amartya Sen, e complementando com elementos analíticos adicionais, Ellis, ambos de importância crucial para uma compreensão mais profunda dos elementos relevantes na análise da pobreza nas dimensões urbana, rural e em seus espaços contíguos, embora se esclareça que o presente trabalho não tem por objetivo dar conta de todas os elementos que tais teorias fornecem para esta discussão.

Além disso, mostra que a partir da metade do século passado, alguns estudiosos teriam chegado a uma nova maneira de visualizar a pobreza, pois para eles somente a renda não era suficiente para explicar a pobreza como antes era avaliada pelos ortodoxos, mas também sobre outros aspectos. Passa-se a observá-la de um modo mais amplo de variáveis, numa forma multidimensional, surgindo a partir daí os conceitos das necessidades básicas e a noção de pobreza como oriunda de uma série de privações.

Ao tratar-se da multidimensionalidade da pobreza, utilizar-se-á as concepções do economista Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998, uma das grandes referências do mundo no que se refere à pobreza.

Amartya Sen (2002) utiliza como um dos fundamentos da economia a utilização da liberdade de escolha. Segundo o autor, a liberdade nada mais é do que um começo e um meio do desenvolvimento. Logo, o desenvolvimento não pode ser explicado apenas pelo aumento da renda per capita, ou o aumento do PIB, embora esses fatores sejam importantes. Faz-se sentir necessário também a liberdade do acesso a educação, a saúde, aos direitos civis e políticos dando às pessoas a oportunidade de escolher em quem votar, por exemplo.

Sen define a pobreza como sendo uma privação das capacidades básicas e não composta apenas pelo baixo nível de renda. Essa privação pode ser refletida através de morte prematura, subnutrição, analfabetismo, dentre outras deficiências que estão ligadas à privação de liberdade das pessoas sobreviverem (SEN; 2000).

Pobreza significa que as oportunidades mais básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadão lhe são negadas. Ou seja, a privação de uma boa saúde, de desfrutar uma vida criativa e ter um padrão de vida decente, de liberdade, de dignidade, de amor próprio, entre outras privações (SEN, 1997 apud SILVA; NEDER, 2010, p. 8).

O autor ao concentrar-se nas privações mais importantes, chega à conclusão que quanto maior a oportunidade de inclusão à educação básica e o acesso à saúde, maior a chance de deixar o estado crítico, inclusive para aqueles considerados bastante pobres.

Sen (2000) busca exemplificar as reformas ocorridas na economia asiática para reforçar seus argumentos, onde os níveis de alfabetização são elevados e onde têm-se ofertas de serviços voltados a saúde, além da reforma agrária. Isso faz com que ele conclua que o combate na redução da pobreza não deve-se somente a distribuição de renda, uma vez que a renda serve apenas como um instrumento do aumento das capacidades básicas, sendo um meio e não um fim.

Entre as mais diferentes formas de medir a pobreza, Sen (2000), entende que a pobreza pode ser vista como sendo uma insuficiência das capacitações. Além disso, o autor visa problematizar que uma privação relativa da renda pode trazer como resultado uma privação absoluta de capacidades, e isto dependerá do funcionamento que estiver vigorando. A fim de entender o que são as insuficiências das capacitações, é necessária a compreensão dos conceitos de funcionamento e capacitação para o autor.

O conceito de ‘funcionamentos’, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade ter respeito próprio. (SEN, 2000, p.95).

A “capacitação” de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos (SEN, 2000, p.95).

Com o objetivo de exemplificar o funcionamento e as capacitações, Sen (1992), analisa o comportamento de duas pessoas distintas: uma rica, que jejua por decisão própria, e a outra pobre, que passa fome. A que se refere ao funcionamento, ambas estão na mesma situação: estão passando fome. Porém suas capacitações são distintas, uma vez que a rica tem poder de escolha para passar fome, enquanto a pobre não tem.

Para Silva *apud* Ribeiro (2007), a partir do Século XX, a pobreza tem sido abordada como pressuposto de carência, de desvantagens, de escassez dos meios de subsistência.

A noção de pobreza aparece, na literatura, relacionada como sinônimo de variadas palavras ou expressões como: pauperização, precarização, empobrecimento, desigualdade, exclusão, vulnerabilidade, marginalidade, pobreza unidimensional, pobreza multidimensional, miséria, indigência, diferenças sociais, discriminação, segregação, desqualificação, privação, deficiência, inadaptação, pauperismo, precarização, *apartheid* social, estigmatização, baixa renda, classe baixa, *underclass*, etc. Para a autora, cada um desses termos ou expressão indica um estado particular do processo da pobreza ou suas dimensões e características (SILVA *apud* RIBEIRO, 2007, p.75 e 76).

Outra forma de observar a pobreza é quando as pessoas não satisfazem suas necessidades elementares, individuais e coletivas, tendo-se como exemplo os casos de moradia, segurança, alimentação, etc. podendo-se considerar como situação de indigência, o ponto mais elevado da carência, neste caso, quando não há nem mesmo o alcance das necessidades alimentares. (DEDECCA; BARBIERI, 2005).

Neste intuito, pode-se dizer que a pobreza não é caracterizada apenas pela desnutrição, mas também, pela falta de educação, saúde, moradia, dentre outros fatores que são básicos na vida de qualquer cidadão.

Deste modo, a pobreza é considerada um fenômeno multidimensional e envolve aspectos tanto absolutos, quanto relativos. O aspecto absoluto é entendido quando o indivíduo se priva de requisitos básicos para sua sobrevivência. Já os aspectos relativos, deve-se levar em consideração o padrão de vida da sociedade em que o indivíduo está inserido. (VINHAIS; SOUZA, 2006).

A maneira como a pobreza é abordada nos últimos anos, demonstra as diferentes visões a respeito do que é ser pobre. Neste sentido, pode-se entender a pobreza sobre vários aspectos, dentre eles como sendo uma insuficiência de renda, como a falta das necessidades básicas, como a falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade e como abstenção das capacitações sociais, (COMIN; BAGOLIN, 2002).

Através do gráfico 1, tem-se um cenário da pobreza brasileira e do estado do Rio Grande do Sul desde os anos de 1999 a 2011.

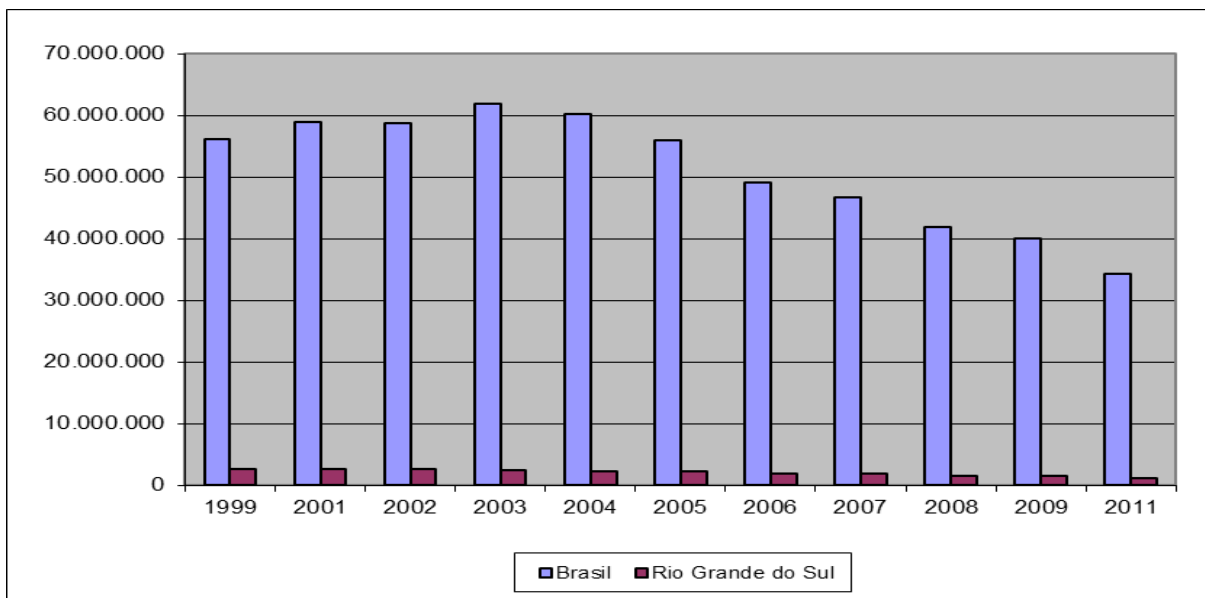


Gráfico 1: Número de indivíduos pobres no Brasil e no RS entre 1999 – 2011

Fonte: IpeaData, 2014.



Conforme os dados levantados pelo IpeaData (2014), nota-se que a pobreza geral brasileira é bastante representativa se comparada com a do Estado Gaúcho. Além disso, observa-se que esta não é recente no Brasil, porém, a partir de 2004, com a implementação do Programa Bolsa Família, seu índice vem-se reduzindo, o que pode-se salientar que o programa está contribuindo para a melhoria da sociedade como um todo podendo esta ser representada pelo fenômeno das políticas públicas adotadas pelo governo através dos programas de Transferência de Renda.

### 2.1.2 Abordagem dos Meios de vida

Outra contribuição analítica da pobreza está na abordagem da diversificação dos Meios de Vida de Frank Ellis. A abordagem dos Meios de Vida foi desenvolvida a partir dos anos 90 por Chambers e Conway como uma nova maneira de abordar as questões da diversificação da pobreza nos países que estão em processo de desenvolvimento. Esta abordagem tem como objetivo explicar como as pessoas fazem para buscar a sobrevivência em situações de risco ou em situações de crises ambientais, sociais ou econômicas. Ellis (2000), vai demonstrar como as capacitações e os funcionamentos podem superar a vulnerabilidade no meio rural, melhorando a qualidade de vida das pessoas e assim, traduzir-se em desenvolvimento.

Para Perondi (2007) a abordagem dos Meios de Vida surge de modo a rever os casos de pobreza rural, principalmente do continente africano, a fim de explicar como as pessoas podem sobreviver com as crises.

Segundo Siteo (2011), o objetivo principal desta abordagem é instrumental, pois há uma contribuição para que se explore o fenômeno da diversificação para melhor direcionar as políticas públicas no sentido de reduzir a pobreza. Assim sendo, é de grande importância conhecer as estratégias de geração de renda das famílias rurais pobres, para que possam ser formuladas as políticas e reformas que buscam melhorar o acesso e o uso de recursos, sejam estes para a produção de alimentos, ou para a geração de renda de um modo mais igualitário, de forma particular, para as mulheres (PIJNENBURG et al., 2000).

Para Krantz (2001), a abordagem dos Modos de Vida é similar a antiga abordagem “Desenvolvimento Rural Integrado”. A principal diferença de ambas, é que a abordagem

Modos de Vida não busca tratar todos os aspectos referentes a sobrevivência dos pobres, mas principalmente identificar os aspectos nas quais uma intervenção pode ser uma estratégia importante na redução da pobreza.

A correlação da análise de Ellis com Amartya Sen está então em afirmar que a ampliação das capacitações destas famílias pode se dar através da diversificação. Assim, quanto maior a diversificação, maior as estratégias para combater a vulnerabilidade (SCHNEIDER, 2010). Esta diversificação parte dos ativos disponíveis, dado por um conjunto de capitais naturais, físico, humano, social para a construção de atividades agrícolas ou não, dentro ou fora da propriedade, como pode-se observar mais abaixo na figura 1.

Por Capital Natural entende-se o acesso a recursos como terra, água, florestas etc.; o Capital Físico inclui as construções, maquinários, infraestruturas; o Capital Social está relacionado com as redes de sociabilidade entre as famílias; e o Capital Humano está relacionado ao nível de educação, conhecimento, habilidade e saúde. (SITOE, 2011).

Pode-se dizer, porém, que a diversificação não é considerada algo novo; ela já era um tema tratado anteriormente nos debates referentes à pobreza. No entanto, foi Ellis quem procurou explicar sua utilidade e função para compreender a abordagem dos Meios de Vida. Para ele, é necessário compreender a capacidade de diversificação, para que assim possa ser oportunizada às famílias uma diversificação quanto ao seu meio de vida, como também, o seu local (ELLIS, 2000).

Neste sentido, o tema diversificação passou a ser agregado aos debates sobre os meios de vida, na qual Ellis definiu como um processo de melhoria às famílias rurais para sobrevivência e para que assim alcançassem uma melhor qualidade de vida.

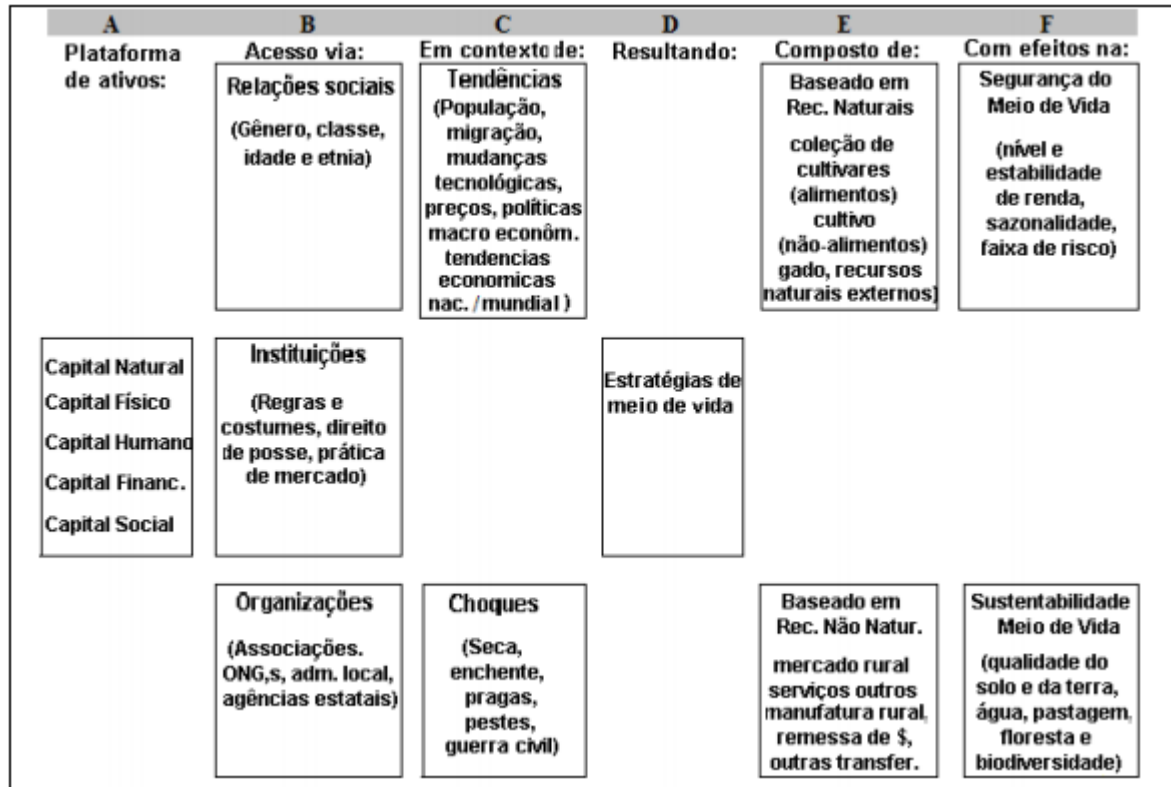


Figura 1: Diagrama da análise dos Meios de Vida no meio rural

Fonte: Ellis, 2000 (Tradução: Perondi, 2012)

A figura 1 apresenta o diagrama de Ellis, que facilita sobremaneira a compreensão da abordagem da “diversificação dos meios de vida”. O diagrama mostra uma plataforma de ativos (Coluna A), juntamente com um portfólio de atividades de renda (Coluna B), que são mediadas por contextos econômicos, sociais e políticos (Coluna C) na qual ocorrem em diferentes cenários que podem vulnerabilizar ou estimular a transformação. O resultado disso vai consistir em estratégias de meio de vida (Coluna D) sobre as atividades que venham ou não a usar os recursos naturais (Coluna E), com efeitos sobre a segurança dos meios de vida e a sustentabilidade ambiental (Coluna F).

Para Ellis (2000), as estratégias de diversificação dos meios de vida podem trazer resultados decisivos na operação de ações para o desenvolvimento rural. Estas ações podem ser representadas por uma melhor distribuição de renda, fontes diversificadas de renda, conservação do meio ambiente não havendo a super-exploração do solo e maior segurança sobre os efeitos de mercado.

Todos esses mecanismos que estão relacionados com a questão da pobreza deve-se levar em conta a figura do governo, de modo que possa-se encontrar soluções precisas para

seu combate. A fim de alcançar tal objetivo, o Governo utiliza-se de Políticas Públicas de cunho social, no intuito de diminuir as desigualdades sociais e trazer uma melhoria de qualidade de vida para as pessoas de maior carência.

## **2.2 Políticas Públicas de Combate à Pobreza**

### **2.2.1 Contextualização das Políticas Publicas e as funções do Governo**

As ações do governo federal brasileiro, nos últimos anos, com o objetivo de combater o nível de pobreza e promover uma distribuição mais igualitária de renda, vêm utilizando-se de políticas públicas de forma incisiva, por intermédio dos programas de transferência de renda, a fim de reduzir a desigualdade social e a pobreza no país.

Podem-se conceituar Políticas Públicas como sendo ações que visam garantir o acesso da população aos direitos constitucionais que, muitas vezes, são exercidos apenas pelos cidadãos que obtém maiores condições. Uma política pública deve ser elaborada a partir do momento em que os problemas surgem e que por isso, necessitam de intervenção governamental. Este diagnóstico visa reconhecer a realidade buscando compreender e sistematizar os problemas e necessidades das famílias, assim como o conhecimento de suas características culturais e socioeconômicas (RUA, 2009).

Para Souza (2006) a política pública pode ser resumida como uma maneira do governo entrar em ação e ao mesmo tempo analisá-la, de modo quando se tornar necessário, buscar sugerir mudanças que possam melhorar a trajetória dessas ações.

Neste contexto, tanto os governos de esferas federais, estaduais, quanto municipais, desenvolvem um papel de grande importância na economia, visando algumas funções que são essenciais ao sistema econômico. Estes buscam tornar de fácil acesso os bens e serviços essenciais (compostos por saúde, educação, justiça, etc.),diminuir a desigualdade social no sentido de redistribuir a riqueza, e buscar a estabilização da economia (CLETO E DEZORZI, 2002).

Assim, o governo brasileiro tem como um dos mais importantes objetivos, reduzir a pobreza e a marginalização, oferecendo a população mais necessitada, alguma forma de

melhoria das condições de vida. As controvérsias mais incisivas a respeito das políticas de combate a pobreza está na origem e montante de recursos que são alocados em tais iniciativas. Para Nascimento (2006), por meio do Orçamento Público, os governos buscam objetivos de satisfazer as necessidades da sociedade, dentre elas, o governo busca utilizar de forma eficiente os recursos, e melhorar a distribuição de renda como um todo.

Segundo, Musgrave e Musgrave (1980), o governo apresenta três funções básicas: as funções alocativa, distributiva e estabilizadora.

A função alocativa refere-se à alocação de recursos pelo setor público quando o setor privado não oferece iniciativa de ofertar esse produto ou quando a atividade indicar a necessidade de presença do Estado. O governo oferece bens públicos, semipúblicos ou meritórios, como por exemplo, com saúde, educação, dentre outros (NASCIMENTO, 2006). Para Giambiagi e Além (2000), a função alocativa diz respeito ao fornecimento de bens públicos, uma vez que estes não são oferecidos para demandar as necessidades dos cidadãos. Para Riani (2002), o governo utiliza de sua função alocativa para assegurar os ajustes da alocação dos recursos já que estes não são ofertados pelo setor privado, sendo o estado capaz de ofertar de forma eficiente certos bens e serviços.

A função estabilizadora corresponde à aplicação de políticas econômicas com o objetivo de promover um maior nível de emprego, estabilidade, crescimento econômico, controle inflacionário (NASCIMENTO, 2006). Pode-se dizer que essa função visa alcançar um maior crescimento, onde o estado passa a ter uma figura maior de intervenção a fim de evitar crises macroeconômicas. Para Giambiagi e Além (2000), o intervencionismo faz com que o governo se torne protetor da economia, a fim de evitar fatores negativos, como por exemplo, o desemprego, a inflação. Na concepção de Riani (2002), a função estabilizadora pelo setor público ocorre mediante regulamentação e pelo exercício de poder de polícia.

Como função distributiva, o estado tem como objetivo principal distribuir renda, riquezas, de forma a tornar a sociedade mais justa e menos miserável. Para que isso venha a ocorrer, o governo utiliza como principais instrumentos de arrecadação as transferências, os impostos e os subsídios a fim de melhorar a forma de distribuição. (GIAMBIAGI E ALÉM, 2000). Para Riani (2002), o estado deve incentivar oportunidade educacional, mobilidade social, distribuição de renda de forma mais igualitária. Assim, pode-se dizer, que o governo tira de quem tem para dar aos que não tem, utilizando como meio arrecadatório, a tributação, através dos impostos diretos e indiretos como fonte de obtenção de receitas (NASCIMENTO, 2006; SOUZA, 2007).

Ainda, segundo Nascimento (2006), o gasto público é a principal forma instrumental para viabilizar as políticas públicas na distribuição da renda. Assim, o papel principal do Estado para melhorar essa distribuição se dá, sobretudo na utilização dos instrumentos da qual ele dispõe, como na forma arrecadatória de impostos, subsídios, transferências, etc.

Pode-se avaliar nessa concepção, que os gastos governamentais estão contextualizados na sua função alocativa, oferecendo bens e serviços para a sociedade da qual a esfera privada não dispõe em oferecer, e os programas referentes às transferências de renda, estas cabem à função distributiva, na qual o governo tem como objetivo diminuir a má distribuição e a desigualdade social.

### 2.2.2 Histórico das Políticas Sociais de Distribuição de Renda do Brasil

A Era Vargas, que ocorreu entre os anos de 1930 e 1945, é o marco inicial da concessão dos direitos sociais no Brasil. Esta época é marcada pela concessão dos direitos políticos, sociais e civis, tendo-se como destaque o sufrágio universal, o direito de voto à mulher, o que até então não existia. Como direitos sociais, pode-se citar a elaboração da legislação trabalhista com o surgimento do Ministério do Trabalho, o que deu maior conforto e estabilidade a população.

A década de 80 apesar de trazer melhoras no desempenho dos programas sociais, foi um período marcado pela sua centralização, além da falta de participação, fatores estes que intervieram no atendimento a maioria da população. (PAINES, 2014).

Em 1988, o Brasil desenvolveu um importante passo para o surgimento das Políticas Sociais, fato este ocorrido através da Constituição Federal, também denominada de Constituição Cidadã. Foi através dela que a pobreza ganhou uma dimensão maior de problema nacional, na qual houve um maior comprometimento nas três esferas do governo.

O Estado passa a destinar uma atenção especial às pessoas mais vulneráveis, possibilitando-as aos direitos que lhes estão segurados na Constituição, fazendo com que todos exerçam seus direitos de cidadão de forma mais igualitária.

Segundo a Emenda de nº 64 de 4 de fevereiro de 2010, que deu nova redação ao artigo 6 da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o

trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

É neste contexto que a partir de 1991, entra em pauta na agenda pública os debates sobre os programas de transferência de Renda (SILVA, 2007). De acordo com Zimmermann (2006), os programas de combate a fome tiveram início em 1991, com o Projeto de Lei nº 80/91 de renda mínima, apresentado pelo senador Eduardo Suplicy – PT, que só passou a funcionar a partir de 1995. Foi a partir desse ano que houve maior intensificação desses debates, que formaram experiências e que serviram de referência até a implementação do Programa Bolsa Família.

Dentre os Programas de Transferência existentes no Brasil, pode-se citar:

- 1995: Experiências pioneiras de Campinas e do Distrito Federal;
- 1996: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI
- 1998: Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima (MEC);
- 2001: Bolsa Escola e Bolsa Alimentação;
- 2002: Auxílio Gás
- 2003: Cartão Alimentação.

#### 2.2.2.1 Programa de Transferência de Renda na cidade de Campinas, Ribeirão Preto (SP) e Brasília (DF)

Criado em 1991, mas aprovado apenas em 1995, o Projeto de Lei nº 80/91 do Senador Eduardo Suplicy – PT, apenas funcionou em alguns municípios brasileiros, dentre eles estavam Campinas, Ribeirão Preto e o Distrito Federal. Este projeto buscava beneficiar todo brasileiro maior de 25 anos que recebesse um valor inferior ao estabelecido, recebia uma recompensa de 30% da diferença entre a renda recebida e o valor mínimo estabelecido. (ZIMMERMANN, 2006).

#### 2.2.2.2 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Criado em 1996, este benefício foi concedido as famílias que tinham filhos entre 7 e 15 anos que trabalhassem ou que corressem risco de trabalhar em atividades insalubres. No programa havia condicionalidades, e as famílias beneficiadas deveriam se comprometer a não permitir que crianças menores de 16 anos trabalhassem, assim como estes deveriam ter no mínimo 75% de frequência escolar (REIS, 2008).

#### 2.2.2.3 Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima

Lançado em 1997, mas com funcionamento em 1999, sofreu reformulação em 2001. Estava vinculado a ações socioeducativas. Passou a ser chamado de Bolsa Escola. Estava associado ao Ministério da Educação.

#### 2.2.2.4 Bolsa Escola

Criado em 2001, a bolsa tinha como objetivo beneficiar as crianças entre 6 e 15 anos , cuja família deveria ter a renda per capita abaixo de R\$ 90,00. Até o ano de 2004, cada criança tinha direito a R\$ 15,00, sendo que o benefício era concedido até no máximo três crianças por família, totalizando R\$ 45,00. A condicionalidade para o recebimento do benefício era que as crianças tivessem o mínimo de 85% de frequência escolar. Este benefício era administrado pelo MEC, que após janeiro de 2004, unificou-se com outros programas de transferência de renda.

#### 2.2.2.5 Bolsa Alimentação

Criado também em 2001 pelo Ministério da Saúde, o benefício visava a atingir as famílias que recebessem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, cujo maior objetivo era diminuir a mortalidade infantil e buscar o acompanhamento de mulheres grávidas. Cada criança (de até 6 anos) ou mães no período de amamentação até seis meses, recebia R\$ 15,00, sendo que o benefício era



concedido até no máximo três crianças por família, totalizando R\$ 45,00. A condicionalidade imposta era que as famílias mantessem atualizado o cartão de vacinação das crianças assim como, para as grávidas, as visitas regulares nos postos de saúde, obtendo em dia o pré-natal. Também foi unificada no Programa Bolsa Família.

#### 2.2.2.6 Auxílio Gás

Também criado em 2001 através do Ministério das Minas e Energia, tinha como objetivo buscar uma medida de compensação para finalizar com o subsídio do gás de cozinha.

Os beneficiários deveriam ter uma renda per capita de até R\$ 90,00, sendo excluído desse cálculo a renda de outros programas de transferência, assim como o seguro desemprego. O valor era recebido bimestralmente em parcelas de R\$ 15,00, totalizando R\$ 7,50 por mês. Além disso, o auxílio não traz nenhuma condicionalidade, apenas estar registrado no Cadastro Único. Também foi unificado no Programa Bolsa Família.

#### 2.2.2.7 Cartão Alimentação

O Programa Fome Zero entrou em vigor no Brasil em janeiro de 2003, no governo Lula, visando, fundamentalmente, o combate à fome. Tinha como *slogan* “O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome”. A fim de administrar o programa, em outubro de 2003, foi lançado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A operação do benefício se deu através do Cartão Alimentação, que garantia recursos financeiros e o acesso a alimentos. O cartão era disponibilizado a pessoa ou a família que recebesse renda familiar mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, cujo benefício era R\$ 50,00 para a compra de alimentos. A vigência do cartão era de 6 meses, este podendo ser prorrogado até 18 meses (REIS, 2008).

A partir de outubro de 2003, no intuito de minimizar a pobreza, a desigualdade social e combater a fome o Governo Federal decidiu unificar os benefícios sociais Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás e em dezembro de 2005, o Programa

de Erradicação de Trabalho Infantil (PETI), em um único programa, no qual recebeu o nome de Programa Bolsa Família (PBF).

### 2.2.3 Programa Bolsa Família e suas Condicionalidades

O Programa Bolsa Família criado em outubro de 2003, é o principal programa de transferência direta de renda com condicionalidades do Governo Federal. Ele surgiu como uma alternativa de combate à pobreza e a fome, reforçando os direitos sociais básicos e foi concebido aos beneficiários, de forma que eles pudessem utilizar o recurso de melhor forma possível satisfazendo as necessidades mais urgentes de cada um (SANTANA, 2007).

De acordo com a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209 de 17 de Setembro de 2004, o Programa Bolsa Família busca atender a população de baixa renda, que estão em situação de pobreza e/ou extrema pobreza. O Programa assegura os direitos mínimos de qualquer cidadão, oferecendo-lhes o direito a obter alimentação, a saúde, educação através das suas condicionalidades impostas.

De acordo com o Decreto nº 5.209 de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836 de 2004 o Programa objetiva:

I – Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;

II- Combater a fome e promover segurança alimentar e nutricional;

III- Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV- Combater a pobreza;

V- Promover a intersetorialidade, a complementaridade, e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 2014) o programa destina-se as famílias pobres, que recebem mensalmente entre R\$ 77,01 a R\$ 154,00 por pessoa, e as famílias que estão em extrema pobreza, as que recebem mensalmente até R\$ 77,00 por pessoa. O Programa possui diversos tipos de benefícios que são utilizados e que compõem a parcela mensal que os beneficiários recebem. Os benefícios são baseados no perfil da família que tem seu registro junto ao Cadastramento Único dos Programas Sociais do

Governo Federal (CadÚnico), onde dentre as informações consideradas, leva-se em conta a renda per capita, o número de integrantes, o número de crianças e adolescentes até 17 anos, e a existência de gestante.

Dentre a classificação dos tipos de benefícios tem-se:

- Benefício Básico: (R\$ 77,00) – este benefício é concedido apenas as famílias extremamente pobres, ou seja, que possuam renda mensal por pessoa menor que R\$ 77,00.
- Benefício Variável de 0 a 15 anos: (R\$ 35,00) – este benefício é concedido as famílias que possuem crianças e adolescentes dentro dessa faixa etária.
- Benefício Variável a Gestante: (R\$ 35,00) – o benefício é concedido as famílias que tem como componente a gestante. O pagamento ocorre em 9 parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento, de forma que a gestão for identificada até o nono mês.
- Benefício Variável Nutriz: (R\$ 35,00) – o benefício é concedido as famílias que tem crianças de 0 a 6 meses. O pagamento ocorrerá em 6 parcelas consecutivas, a contar do inicio do pagamento do benefício, desde que a criança esteja identificada no CadÚnico até o sexto mês de vida.
- Benefício Variável Vinculado ao Adolescente: (R\$ 42,00) – o benefício é concedido as famílias que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos. Neste caso, é limitado a dois benefícios por família.
- Benefício para superação da Extrema Pobreza: (calculado caso a caso) – este benefício é transferido àquelas famílias do PBF, que continuam em situação de extrema pobreza, mesmo após o recebimento de outros benefícios. Este benefício é calculado de modo que as famílias ultrapassem o limite de renda da extrema pobreza.

No que tange ao pagamento do benefício, o governo federal deposita uma quantia para as famílias que fazem parte do programa da qual o saque é feito via cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher.

A seleção das famílias é feita com base nas informações registradas pelo município e devem estar cadastradas no CadÚnico que, de acordo com Künneman (2009), é um banco de dados, operado pelo MDS, na qual contém informações sobre todos os participantes e sobre os possíveis candidatos a fazer parte desse programa. O registro é composto por uma entrevista feita pela equipe municipal de modo a identificar as principais necessidades, em especial, as que são baseadas na renda.

Logo, o órgão que se mantém responsável para fazer o cadastro das famílias, é a prefeitura, porém a competência responsável pela inclusão no Programa é do Ministério do Desenvolvimento Social, que disponibilizará o benefício às famílias de menor renda. Assim, a gestão e a execução do Programa ocorrem de forma descentralizada, permitindo que a União, os Estados, Distrito Federal e Municípios compartilhem os processos para a tomada das decisões. (MDS; BRASIL, 2014).

Gestão Competente	Função
Gestão Federal	O MDS é o responsável pela gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família. Tem como função junto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementar, acompanhar e fiscalizar o Bolsa Família e o Cadastro Único. Os Ministérios da Saúde e da Educação participam também, pois são responsáveis pela oferta de serviços que representam as condicionalidades.
Gestão Estadual	Apoiam os municípios na implementação do Programa e implementam programas complementares para os beneficiários. Fornecem infraestrutura para a transmissão de dados aos municípios.
Gestão Municipal	Responsáveis pela gestão local do benefício. A Prefeitura indica o gestor responsável pelo Programa e este deve identificar e cadastrar as famílias no Cadastro único. São os responsáveis por articular e oferecer serviço de saúde e de educação de qualidade.

Quadro 1: Função dos órgãos governamentais na gestão e execução do PBF

Fonte: MDS, 2014.

Do mesmo modo que o benefício é concedido, ele também traz algumas condicionalidades às famílias para que estas possam obter o recebimento mensal do benefício. Este se dá através de um contrato entre a esfera pública e as famílias mais necessitadas, de modo que o objetivo maior é a associação da renda à permanência das crianças e adolescentes na educação básica, e o acesso à rede de saúde. Nesta concepção, o que ocorre é um contrato que apresenta responsabilidades complementares.

CONDICIONALIDADES	
Educação	Traz responsabilidade às famílias em cumprir com que todas as crianças e adolescentes beneficiadas entre 6 e 15 anos estejam matriculados e frequentem as salas de aula com mínimo de 85% de presença, enquanto que os jovens entre 16 e 17 anos devem ter uma frequência mínima de 75%.
Saúde	É necessário que as famílias tenham um acompanhamento da vacinação, do crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos de idade. Além disso, é necessário acompanhamento também das mulheres entre 14 a 44 anos e se estas forem gestantes ou nutrizes, devem realizar o pré-natal e acompanhar a sua saúde e a saúde do bebê.

Quadro 2: Condicionalidades do PBF

Fonte: MDS, 2014

Desse modo, os entes federados buscam aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa para que as condicionalidades sejam realmente atendidas e para que assim o benefício possa alcançar a população mais pobre, tendo como principal objetivo a redução da pobreza, oferecendo aos seus beneficiários uma melhor qualidade de vida, acesso à educação, saúde, alimentação, requisitos básicos para a sobrevivência do ser humano.

## **3 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Método de Abordagem**

Para Cervo e Bervian (2002), o método é considerado um conjunto de processos empregados que tem por objetivo atingir uma finalidade. Neste sentido, a abordagem especificada para a pesquisa refere-se ao método dedutivo, no que abrange a análise de demais autores que falam sobre o tema, mas principalmente o método indutivo partindo-se do pressuposto que de fato a pobreza vem sendo reduzida com o benefício.

Ao que refere-se ao método dedutivo, para Galliano, (1979, p. 39) “a dedução consiste em tirar uma verdade particular de uma verdade geral na qual ela está implícita”. Já o método indutivo baseia-se em geral, de questões semelhantes de um conjunto de casos analisados que tem por finalidade uma conclusão comum (CERVO E BERVIAN; 2002). Assim, pode-se dizer que a indução não produz certeza lógica, mas leva à probabilidades lógicas.

### **3.2 Método de procedimentos**

A pesquisa foi especificada de forma qualitativa e quantitativa, pois segundo Gil (2008), requer ao mesmo tempo números estatísticos e especificações em determinados aspectos do tema. Michel (2009) afirma que uma pesquisa de natureza qualitativa considera uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o objeto de estudo e o pesquisador. Quanto ao método quantitativo, partiu-se de uma primeira análise de todos os municípios do Rio Grande do Sul. Analisou-se o número de beneficiários do PBF, assim como o número total da população no ano de 2010, ano este em que o último Censo foi realizado e que na qual, o Programa já estava em vigor há seis anos.

Com base nestes dados, buscou-se fazer uma relação entre o número de beneficiários PBF pelo número total de habitantes de todos os municípios gaúchos, para assim, poder analisar quais os municípios que obtiveram maior recebimento do Programa no ano de 2010.

Utilizou-se como amostra para a pesquisa, os municípios que possuíram acima de 10%

da população total beneficiária, que representam os maiores recebedores do PBF, de modo que a amostra foi constituída por 49 municípios (conforme anexo A).

A partir desta amostra, fez-se uma análise sobre a renda per capita domiciliar dos 49 municípios gaúchos mais pobres (conforme anexo B), para verificar se os municípios que mais receberam o Programa de fato são os que possuíam também uma menor renda. Como complemento para a pesquisa, buscou-se também analisar se estes municípios possuíam um número maior de habitantes no meio urbano ou rural no ano de 2010 (conforme anexo C).

O estudo enfatizou-se apenas sobre os municípios que obtiveram a combinação de possuir mais de 10% de sua população beneficiada pelo Programa e os de menor renda per capita domiciliar, sendo estes totalizados por 23 municípios, ou seja, 46,94% dos municípios mais pobres do estado do Rio Grande do Sul receberam o benefício do PBF no ano de 2010.

Com o objetivo de maior contextualização, analisou-se também se o benefício do Bolsa Família contribuiu ou não nas variáveis estudadas sobre a pobreza através do total dos repasses do Estado para com esses 23 municípios de modo a comparar os anos de 2010 e 2004<sup>3</sup> (conforme anexo D e E).

A priori, e a partir de uma pesquisa exploratória embasada no ano de 2010, e após, confrontada com o ano de 2000, pôde-se analisar se houve melhorias em algumas variáveis que estão ligadas a pobreza nos municípios que mais receberam benefícios PBF. As variáveis estudadas, juntamente com as fontes de origem dos dados estão relacionadas abaixo:

Variáveis	Fonte dos Dados
Educação - % de crianças de 6 a 14 fora da escola	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
Mortalidade Infantil – até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
Infraestrutura Domiciliar - % da população em domicílios com banheiro e água encanada e com energia elétrica	Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil
Renda Per Capita Domiciliar <sup>4</sup>	DataSus e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

<sup>3</sup> Essa parte foi baseada no ano de 2004 em função de que os dados não foram disponibilizados para o ano de 2000.

<sup>4</sup> A variável da Renda Per Capita Domiciliar foi analisada em termos reais, sendo esta corrigida pela inflação através do IGP-DI, FGV. Para o melhor desenvolvimento da pesquisa e a fim de buscar uma resposta mais precisa, uma vez que a renda real ao longo da década diminuiu embora com o auxílio do PBF, buscou-se calcular a renda per capita domiciliar real de um novo grupo de municípios, estes escolhidos de forma aleatória, de modo que utilizou-se para a pesquisa, os municípios que obtiveram 5% da população beneficiada pelo PBF no ano de 2010. A fonte de Dados está disponível no Atlas Do Desenvolvimento Humano e no DataSus.

A partir desta análise comparativa entre os dois anos, pôde-se ainda confrontar os dados dos municípios com os dados do Estado do Rio Grande do Sul como um todo, para que assim, houvesse maior consistência nos resultados encontrados.

Os dados quantitativos utilizados para toda a pesquisa estão baseados em dados já existentes e estão disponíveis para consulta pública. As fontes de informação são secundárias e foram encontradas no banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no DataSus, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Portal de Transparência.



## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Nesta parte do trabalho mostram-se os resultados da pesquisa efetuada cujo enfoque central é verificar se os municípios gaúchos que mais receberam os benefícios do Programa Bolsa Família em 2010 obtiveram uma redução da pobreza com base nas variáveis pesquisadas, em uma análise restrita de dois anos específicos; um deles (2000), antes da implementação do PBF e outro pertencente ao período de consolidação do PBF (2010), ano este em que o Programa já estava em vigor há seis anos.

Vale ressaltar que as variáveis levantadas serão analisadas sobre os municípios que tem em comum a menor renda per capita domiciliar e os que possuem acima de 10% da população beneficiada pelo PBF. Partindo dessa combinação, dos 49 municípios analisados, apenas 23 deles possuem ambas as características em comum, resultando que no ano de 2010 o benefício foi concedido para apenas 46,94% dos municípios mais pobres.

A fim de obter um maior embasamento para a pesquisa, observou-se também se estes municípios tinham um contingente maior de habitantes no meio urbano ou rural no ano de 2010. O resultado encontrado através do anexo C deste trabalho demonstrou que 82,61% destes, tem maior número de habitantes no meio rural, enquanto apenas 17,39% estão residindo no meio urbano. A ilustração dos municípios encontra-se na figura 2.

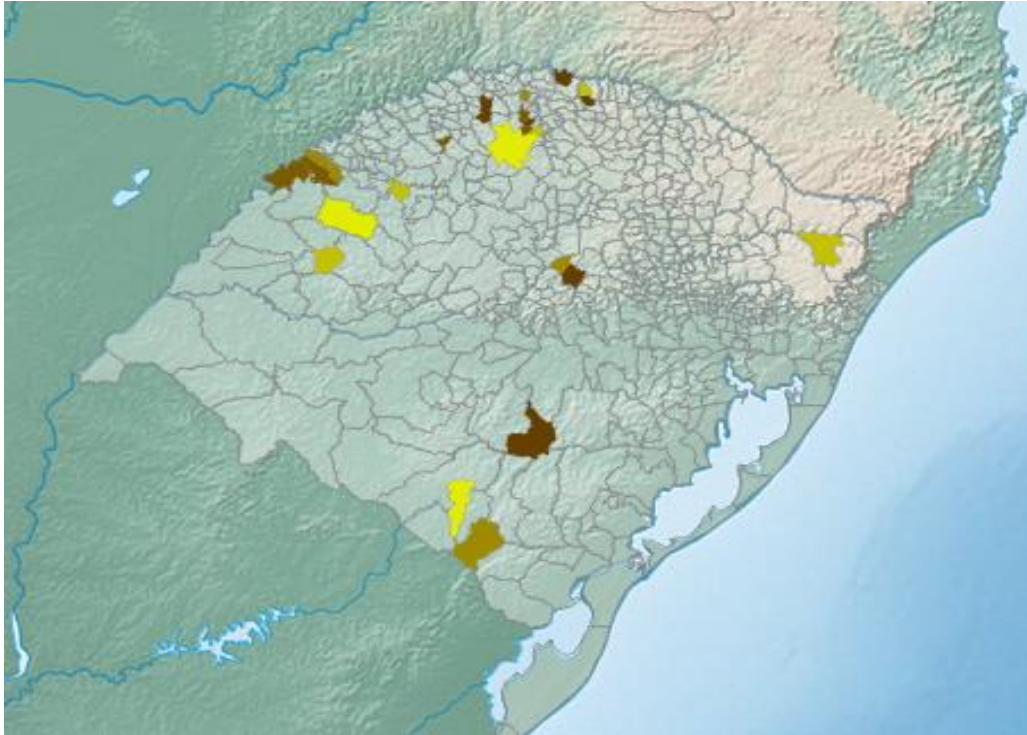


Figura 2: Análise gráfica amostral dos municípios gaúchos pesquisados.

Fonte: IBGE, 2015.

Também, como forma de melhor contextualizar o tema central da monografia, buscou-se destacar aspectos mais gerais a fim de verificar os repasses totais do Estado para com esses 23 municípios e avaliar o montante repassado referente ao Bolsa Família no ano de 2010 confrontando-os com os repasses de 2004<sup>5</sup>, primeiro ano de implementação do PBF, para assim, obter de forma mais consistente se o benefício realmente atuou para a redução da pobreza sob as variáveis analisadas para os 23 municípios em 2010.

O comparativo entre os anexos D e E deste trabalho, faz-se mostrar que em média, no ano de 2010, 8,91% dos recursos foram destinados ao Bolsa família, enquanto que em 2004, em média o recurso foi destinado em 6,96%, demonstrando assim que houve um crescimento do benefício nestes municípios em 28,02%.

As variáveis abordadas no decorrer do trabalho serão relacionadas nas seguintes modalidades: a) Relação entre Pobreza e Educação; b) Relação entre Pobreza e Mortalidade Infantil; c) Relação entre Pobreza e Infraestrutura Domiciliar; d) Relação entre Pobreza e Renda Per Capita Domiciliar.

<sup>5</sup> Os valores monetários referentes ao ano de 2004 foram corrigidos pela inflação através do IGP-DI, da FGV, utilizando o mês de dezembro de 2004 como mês base.

#### 4.1 Relação entre Pobreza e Educação

A educação é uma das condicionalidades impostas às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, e esta variável está diretamente vinculada à pobreza, tendo como principal objetivo incentivar as crianças e os adolescentes a frequentarem a escola dando-lhes um futuro mais digno e de menor desigualdade social. O acesso à educação é condição precípua à uma melhor qualificação e, conseqüentemente à obtenção de melhores vagas no mercado de trabalho, pois permite maiores habilidades e conhecimentos, logo, ajudam a reduzir o ciclo da pobreza, para além da variável renda.

A tabela 1 permite visualizar dois momentos distintos, anterior e posterior a implementação do PBF no Rio Grande do Sul (RGS), com o objetivo de comparar os percentuais de crianças entre 6 a 14 anos fora da escola nos 23 municípios analisados e no Estado do RGS.

Tabela 1 - Análise comparativa da variável educação nos municípios gaúchos

(continua)

	% de crianças de 6 a 14 fora da escola (2000)	% de crianças de 6 a 14 fora da escola (2010)
Rio Grande do Sul	4,84	2,76
Municípios		
São Nicolau	6,76	3,17
São José das Missões	5,63	0,95
Cristal do Sul	5,36	2,17
Inhacorá	5,13	1,3
Jaboticaba	8,57	1,85
Santana da Boa Vista	6,99	1,47
Tunas	11,63	1,68
Unistalda	3,97	0,5
Vitória das Missões	4,94	--
Redentora	5,92	6,49
Rio dos Índios	2,92	4,85
Lajeado do Bugre	7,11	3,07
São Pedro das Missões	9,76	1,17
Garruchos	3,95	1,71
Jaquirana	12,1	3,92
Lagoão	9,86	2,97
Bossoroca	2,56	3,12
Dezesseis de Novembro	5,57	1,19

Tabela 1 - Análise comparativa da variável educação nos municípios gaúchos

(conclusão)

Municípios	% de crianças de 6 a 14 fora da escola (2000)	% de crianças de 6 a 14 fora da escola (2010)
Pedras Altas	13,33	5,76
Benjamin Constante do Sul	13,09	1,96
Pirapó	4,75	2,17
Faxinalzinho	6,58	3,65
Hulha Negra	6,87	4,02

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2015.

A melhoria na variável educação em seus desdobramentos fundamentais é, portanto o principal alvo estabelecido pelo governo para o recebimento dos benefícios do PBF pelas famílias. A tabela 1 mostra que a maioria dos municípios apresentaram uma significativa redução de alunos fora da escola em 2010 quando comparados com o Estado como um todo e quando comparados com o ano de 2000.

Outra observação que merece destaque diz respeito à forte queda neste percentual em São Pedro das Missões (88,01%), acompanhado de Unistalda (87,41%), demonstrando assim que a maior parcela das crianças, após a implementação do PBF estão dentro das escolas. Dentre os municípios que obtiveram um aumento nesse percentual e que, portanto, remetem a necessidade de uma investigação mais precisa acerca dos motivos que redundaram em uma maior evasão de alunos das escolas foram Rio dos Índios (67%), Bossoroca (21,87%) e Redentora (9,63%).

No entanto, pode-se afirmar que nos 23 municípios analisados, em média, o percentual de crianças entre 6 a 14 fora da escola caiu 56,61%, enquanto no Estado a taxa caiu 42,97%, demonstrando que em geral, os municípios estão atendendo as condicionalidades do PBF, cujo objetivo central consiste em possibilitar o acesso a educação às crianças e adolescentes, pertencentes às famílias em situação de vulnerabilidade social.

#### 4.2 Relação entre Pobreza e Mortalidade Infantil

A mortalidade infantil é uma variável que também está relacionada à pobreza. Esta pode ocorrer através de vários fatores, dentre eles a falta de saneamento básico, alimentação inadequada, indisponibilidade de acompanhamento médico às mulheres grávidas, e diversos outros fatores que são básicos e que não estão ao alcance das pessoas impactando diretamente na qualidade de vida. Conforme o DataSus (2015), a mortalidade Infantil é obtida por meio do número de crianças de determinado local que morre antes mesmo de completar 1 ano de vida a cada 1000 crianças nascidas vivas.

A tabela 2 permite visualizar a comparação da mortalidade infantil entre o Estado e os 23 municípios gaúchos considerados os mais pobres em 2010.

Tabela 2 – Análise comparativa da mortalidade infantil nos municípios gaúchos

(continua)

	Mortalidade infantil – até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) – 2000	Mortalidade infantil – até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) -2010
Rio Grande do Sul	16,71	12,38
<b>Municípios</b>		
São Nicolau	24,9	17,7
São José das Missões	21,9	17,4
Cristal do Sul	19,7	13,4
Inhacorá	19,6	15
Jaboticaba	24,6	13,9
Santana da Boa Vista	20,9	15,4
Tunas	22,9	16,2
Unistalda	19,5	15,2
Vitória das Missões	19,9	14,8
Redentora	30,5	16,4
Rio dos Índios	19,6	15,3
Lajeado do Bugre	19,7	13,7
São Pedro das Missões	20,9	15,2
Garruchos	19,8	12,8
Jaquirana	30,5	17,7
Lagoão	22,9	13,6
Bossoroca	19,6	13,8
Dezesseis de Novembro	19,9	14,8
Pedras Altas	20,9	13,9

Tabela 2 - Análise comparativa da mortalidade infantil nos municípios gaúchos

(conclusão)

Municípios	Mortalidade infantil – até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) – 2000	Mortalidade infantil – até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos) -2010
Benjamin Constante do Sul	23,6	15,6
Pirapó	24,3	13,5
Faxinalzinho	21,3	15,6
Hulha Negra	29,8	16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2015

Segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2015), o Estado Gaúcho está entre as unidades de federação que apresenta o menor Coeficiente de Mortalidade Infantil no Brasil.

Conforme pode-se visualizar na Tabela 2, o Estado registrou uma queda expressiva no número de óbitos por 1000 nascidos vivos. Houve uma redução de 25,91% quando comparados os anos 2000 em relação ao ano de 2010.

É importante ressaltar que os resultados para a mesma variável nos 23 municípios analisados, denotam uma redução ainda maior. Ou seja, em média, houve uma redução de 31,98%, comparando os dois anos.

Dentre os municípios que merecem destaque, está Hulha Negra, que em 2000 apresentava 29,8 óbitos por 1000 nascidos vivos e em 2010, reduziu para o número de 16 óbitos, obtendo uma redução de 46,31% na comparação entre os anos analisados. O mesmo ocorre com o município de Jaquirana, o município apresentou em 2000, 30,5 óbitos a cada 1000 nascidos vivos, enquanto que em 2010 esse número caiu para 17,7 óbitos, representando uma queda de 41,98% na comparação entre os anos analisados.

### 4.3 Relação entre Pobreza e Infraestrutura Domiciliar

As variáveis estruturais investigadas para os dois anos são: domicílios com banheiro e água encanada e domicílios com energia elétrica.

As condições domiciliares são componentes importantes para o bem-estar da população. A melhoria nessas variáveis, traz uma melhor qualidade de vida às pessoas, e, portanto, ajudam a eliminar as deficiências da pobreza.

A tabela 3 traz a comparação entre essas variáveis nos municípios gaúchos que foram os maiores recebedores do benefício Bolsa Família e conseqüentemente, os mais pobres em 2010.

Tabela 3 - Análise comparativa das variáveis infraestruturais nos municípios gaúchos

(continua)

	% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2000)	% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2010)	% da população em domicílios com energia elétrica (2000)	% da população em domicílios com energia elétrica (2010)
Rio Grande do Sul	90,18	96,46	97,84	99,71
<b>Municípios</b>				
São Nicolau	65,3	95,31	83,53	98,89
São José das Missões	69,12	95,15	93,89	99,54
Cristal do Sul	44,47	85,31	84,35	99,77
Inhacorá	70,01	95,84	95,1	99,68
Jaboticaba	74,56	94,68	85,69	98,97
Santana da Boa Vista	72,96	90,56	62	98,93
Tunas	53,61	81,56	69,26	99,35
Unistalda	63,14	85,18	82,52	99,08
Vitória das Missões	67,01	96,81	84,87	99,9
Redentora	41,99	55,27	64,25	93,33
Rio dos Índios	52,53	85,59	79,4	98,74
Lajeado do Bugre	57,64	88,19	80,79	97,36
São Pedro das Missões	57	96,42	85,28	99,57
Garruchos	58,67	95,23	88,67	99,93
Jaquirana	65,26	94,62	88,1	98,45
Lagoão	45,39	80,75	72,25	97,8
Bossoroca	73,96	96,86	84,96	99,24
Dezesseis de Novembro	62,12	94,84	75,69	98,99

Tabela 3 - Análise comparativa das variáveis infraestruturais nos municípios gaúchos

(conclusão)

Municípios	% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2000)	% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2010)	% da população em domicílios com energia elétrica (2000)	% da população em domicílios com energia elétrica (2010)
Pedras Altas	65,56	88,6	89,22	99,54
Benjamin Constant do Sul	46,24	67,37	72,73	98,65
Pirapó	64,82	94,78	71,83	98,53
Faxinalzinho	76,75	90,62	89,04	98,15
Hulha Negra	64,24	85,83	90,73	99,93

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2015

Comparando o resultado do Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada de 2010 com o resultado de 2000, fica claro que foram registradas melhorias nos índices dos Municípios Gaúchos. O município com menor índice de melhoria nesta variável foi Faxinalzinho (18,07%), acompanhado de Santana da Boa Vista (24,12%). Já os municípios que representaram os melhores índices de crescimento foram Cristal do Sul (91,84%), seguido de Lagoão (77,90%).

No que tange ao resultado do percentual da população em domicílios com energia elétrica de 2010 comparada com o ano de 2000, também chegou-se a um resultado benéfico nos índices desses municípios. Pode-se dizer que o município com menor índice de crescimento desta variável foi Inhacorá (4,82%), acompanhado de São José das Missões (6,02%) enquanto os municípios com maior índice de crescimento ficou representado por Santana da Boa Vista (59,56%) e Redentora (45,26%).

Pode-se perceber também com esta avaliação que os 23 municípios em 2010 obtiveram em média um aumento de 46,05% na melhoria nos domicílios com o acesso a banheiro e água encanada quando comparados com o ano de 2000. O Estado do Rio Grande do Sul como um todo representou desta comparação um crescimento de 6,96%.

Já sobre a variável do acesso à energia elétrica nos domicílios, esta resultou numa melhora em média de 22,73% sobre os 23 municípios analisados, enquanto no estado, houve um crescimento do índice em 1,91%, podendo-se então, retratar que no âmbito das variáveis



infraestruturais, a situação dos municípios analisados é bem melhor que a do estado do Rio Grande do Sul como um todo.

#### 4.4 Relação entre Pobreza e a Renda Per Capita Domiciliar

Através de uma análise adicional a esta monografia, buscou-se também fazer um comparativo entre os anos de 2000 e 2010 sobre a renda per capita domiciliar dos municípios que mais receberam o PBF em 2010. Conforme o DataSus (2015), a renda per capita domiciliar é a soma dos rendimentos mensais dos moradores do domicílio, em reais, dividida pelo número de seus moradores residentes num determinado lugar.

Como ressaltou-se ao longo deste trabalho, a pobreza não está somente ligada à carência de renda, mas através dela, é possível melhorar outros fatores, diminuindo assim, a desigualdade social e oferecendo melhor qualidade de vida às pessoas. Por isso, pode-se dizer que a renda ajuda a contribuir no acesso à queda da pobreza, disponibilizando maior acesso ao consumo de uma alimentação saudável, vestuário, moradia, dentre outros fatores que são básicos para a queda da pobreza e que torna a vida do cidadão mais digna. É neste intuito, que ela é uma variável importante a ser analisada, uma vez que esta está diretamente ligada ao desenvolvimento.

A tabela 4 permite comparar a renda per capita domiciliar nos 23 municípios analisados e no Estado do RGS entre os anos 2000<sup>6</sup> e 2010, anterior e posterior a implementação do PBF no Rio Grande do Sul (RGS).

Tabela 4 - Análise comparativa da renda per capita domiciliar dos municípios gaúchos

(continua)

	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2010)	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2000)	Total Renda Média Domiciliar Real Per Capita (2000)
Rio Grande do Sul	940,28	705,40	1616,49

<sup>6</sup>A fim de obter maior consistência nos dados levantados, os valores monetários referentes ao ano de 2000 foram corrigidos pela inflação através do IGP-DI, da FGV, utilizando o mês de dezembro de 2000 como mês base. Desta forma, leva-se em conta para a pesquisa a renda média per capita domiciliar real.

Tabela 4 - Análise comparativa da renda per capita domiciliar dos municípios gaúchos

(conclusão)

Municípios	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2010)	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2000)	Total Renda Média Domiciliar Real Per Capita (2000)
São Nicolau	R\$ 473,52	R\$ 244,45	R\$ 560,18
São José das Missões	R\$ 460,69	R\$ 308,69	R\$ 707,39
Cristal do Sul	R\$ 425,16	R\$ 169,10	R\$ 387,51
Inhacorá	R\$ 448,11	R\$ 330,00	R\$ 756,23
Jaboticaba	R\$ 389,59	R\$ 284,94	R\$ 652,97
Santana da Boa Vista	R\$ 394,93	R\$ 304,70	R\$ 698,25
Tunas	R\$ 481,63	R\$ 211,93	R\$ 485,66
Unistalda	R\$ 386,27	R\$ 250,00	R\$ 572,90
Vitória das Missões	R\$ 475,31	R\$ 227,55	R\$ 521,45
Redentora	R\$ 325,47	R\$ 186,82	R\$ 428,12
Rio dos Índios	R\$ 434,51	R\$ 261,01	R\$ 598,13
Lajeado do Bugre	R\$ 337,31	R\$ 238,35	R\$ 546,20
São Pedro das Missões	R\$ 437,66	R\$ 150,04	R\$ 343,83
Garruchos	R\$ 470,85	R\$ 254,50	R\$ 583,21
Jaquirana	R\$ 382,92	R\$ 304,48	R\$ 697,75
Lagoão	R\$ 429,48	R\$ 210,54	R\$ 482,47
Bossoroca	R\$ 470,58	R\$ 318,41	R\$ 729,67
Dezesseis de Novembro	R\$ 381,65	R\$ 226,69	R\$ 496,81
Pedras Altas	R\$ 442,10	R\$ 283,28	R\$ 649,16
Benjamin Constant do Sul	R\$ 335,60	R\$ 224,71	R\$ 514,94
Pirapó	R\$ 473,13	R\$ 226,14	R\$ 518,22
Faxinalzinho	R\$ 425,64	R\$ 403,52	R\$ 924,71
Hulha Negra	R\$ 487,85	R\$ 490,85	R\$ 1124,83

Fonte: DataSus e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2015

Comparando o resultado da tabela 4 entre a renda domiciliar per capita de 2000 e 2010, pode-se verificar que esta, quando corrigida pela inflação, decorre do fato da hipótese central não se confirmar. O resultado que esperava-se com a pesquisa é que a renda média per capita dos municípios de menor renda e maiores receptores de benefícios oriundos do PBF, iria ter um comportamento em termos reais de maior renda após a implementação do PBF. De fato, percebeu-se que a renda real teve um decréscimo médio de 25,64%. A mesma também obteve um decréscimo no Estado com um todo, resultando numa queda média de 41,83%.

A fim de esclarecer tal fato com maior consistência, buscou-se calcular a renda per capita média real de um novo grupo de municípios. Esses municípios foram escolhidos de forma aleatória, de modo que utilizou-se como melhor forma comparativa, os municípios que obtiveram 5% da população beneficiada pelo PBF no ano de 2010.

Tabela 5 - Análise comparativa da renda per capita domiciliar dos municípios gaúchos que 5% da população foi beneficiada pelo PBF em 2010

(continua)

Município – RS	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2010)	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2000)	Total Renda Média Domiciliar Real Per Capita (2000)
Chuí	R\$ 522,90	R\$ 617,57	R\$ 1415,22
Boqueirão do Leão	R\$ 726,62	R\$ 380,30	R\$ 871,49
Triunfo	R\$ 686,39	R\$ 559,55	R\$ 1282,26
São Valentim	R\$ 824,75	R\$ 352,77	R\$ 808,41
Candelária	R\$ 609,61	R\$ 395,89	R\$ 907,22
Augusto Pestana	R\$ 1009,15	R\$ 461,13	R\$ 1056,73
São José do Ouro	R\$ 875,49	R\$ 485,88	R\$ 1113,44
Sarandi	R\$ 989,35	R\$ 572,64	R\$ 1312,26
Marcelino Ramos	R\$ 772,67	R\$ 476,28	R\$ 1091,44
Sertão	R\$ 820,16	R\$ 541,26	R\$ 1240,35
Fortaleza dos Valos	R\$ 1002,85	R\$ 857,30	R\$ 1964,59
Camaquã	R\$ 656,08	R\$ 522,43	R\$ 1197,20
Nova Esperança do Sul	R\$ 714,12	R\$ 393,16	R\$ 900,96
Barra do Ribeiro	R\$ 559,82	R\$ 508,64	R\$ 1165,60
Caseiros	R\$ 582,22	R\$ 333,73	R\$ 764,78
Pinhal Grande	R\$ 496,10	R\$ 436,33	R\$ 999,89
Ernestina	R\$ 619,04	R\$ 515,89	R\$ 1182,21
Três Passos	R\$ 817,20	R\$ 523,06	R\$ 1198,64
Cristal	R\$ 568,15	R\$ 355,89	R\$ 815,56
Quatro Irmãos	R\$ 602,95	R\$ 228,51	R\$ 532,65
Cidreira	R\$ 740,78	R\$ 590,79	R\$ 1353,85
Ijuí	R\$ 1056,32	R\$ 653,57	R\$ 1497,72
Faxinal do Soturno	R\$ 744,31	R\$ 500,01	R\$ 1145,82
Viadutos	R\$ 676,72	R\$ 482,89	R\$ 1106,59
Turuçu	R\$ 554,18	R\$ 349,58	R\$ 801,10
Capão Bonito do Sul	R\$ 468,49	R\$ 429,47	R\$ 984,17
Frederico Westphalen	R\$ 863,37	R\$ 583,28	R\$ 1336,64
Santa Vitória do Palmar	R\$ 645,46	R\$ 1071,17	R\$ 2454,69
Santa Bárbara do Sul	R\$ 678,99	R\$ 514,37	R\$ 1178,73
São Jerônimo	R\$ 756,46	R\$ 601,93	R\$ 1379,38

Tabela 5 – Análise comparativa da renda per capita domiciliar dos municípios gaúchos que 5% da população foi beneficiada pelo PBF em 2010

(conclusão)

Município – RS	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2010)	Total Renda Média Domiciliar Nominal Per Capita (2000)	Total Renda Média Domiciliar Real Per Capita (2000)
Boa Vista das Missões	R\$ 476,56	R\$ 487,30	R\$ 1116,70
Crissiumal	R\$ 626,91	R\$ 357,62	R\$ 819,52
Balneário Pinhal	R\$ 620,67	R\$ 617,29	R\$ 1414,58
Getúlio Vargas	R\$ 833,10	R\$ 515,19	R\$ 1180,61
Boa Vista do Incra	R\$ 633,52	R\$ 500,03	R\$ 1145,87
Santo Ângelo	R\$ 928,33	R\$ 648,84	R\$ 1486,88
Santiago	R\$ 822,37	R\$ 599,31	R\$ 1373,38
Alto Alegre	R\$ 851,73	R\$ 433,21	R\$ 992,74
Caiçara	R\$ 712,70	R\$ 417,92	R\$ 957,70
Progresso	R\$ 642,21	R\$ 427,14	R\$ 978,83
Tiradentes do Sul	R\$ 644,19	R\$ 291,03	R\$ 666,92
Pantano Grande	R\$ 518,41	R\$ 423,90	R\$ 971,41
Soledade	R\$ 729,91	R\$ 528,70	R\$ 1211,57

Fonte: DataSus e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2015

Observou-se através da tabela 5, que nos municípios onde 5% da população foi beneficiada pelo PBF no ano de 2010, a renda per capita caiu mais em relação ao grupo dos maiores recebedores do benefício, obtendo um decréscimo na renda em média de 34.73%.

Assim, pode-se afirmar que embora a renda média per capita domiciliar real caiu, pode-se dizer que os municípios que receberam maior quantidade de recurso do PBF tiveram menor impacto na queda da renda do que aqueles municípios que obtiveram menor quantidade do recurso. Desta forma, pode-se dizer que o PBF vem contribuindo para que a queda da renda per capita não seja ainda mais expressiva. Há indícios que permitem denotar que outros fatores possam ter contribuído para que houvesse uma maior queda da renda per capita tais como o desemprego ocasionado pela crise de 2008, condições climáticas, e a queda do preço de algumas *commodities* agrícolas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho parte da contextualização do conceito de pobreza, com ênfase em Amartya Sen e na abordagem dos Meios de Vida de Ellis à luz das políticas públicas de transferência de renda adotadas pelo governo no uso de sua função de distribuidor, em específico sobre o Programa Bolsa Família.

Foi verificado com a pesquisa deste trabalho que várias são as definições para a pobreza, e que essa não pode ser caracterizada apenas pela componente renda, podendo-se dizer que ela é um fenômeno multidimensional, e cuja redução desta, está intimamente vinculada ao desenvolvimento.

Efetou-se uma comparação entre variáveis quantitativas vinculadas à pobreza entre os anos de 2000 e 2010 a partir de um corte que agrupou um conjunto de 23 municípios gaúchos mais pobres, e que mais receberam os benefícios do PBF no ano de 2010. Dentre as variáveis utilizadas na pesquisa, destaca-se a educação, a mortalidade infantil, as condições infraestruturais dos domicílios e a renda per capita domiciliar.

O resultado que se obteve com a pesquisa é que somente 46,94% dos municípios gaúchos mais pobres foram os que mais receberam o Benefício do PBF em 2010, demonstrando que de fato, mais da metade do benefício do PBF destinado ao estado do RS não foi orientado para os municípios de menor renda domiciliar per capita.

Após, analisou-se o comportamento de algumas das variáveis que estão diretamente vinculadas à pobreza tais como: percentual de crianças entre 6 a 14 anos fora da escola, infraestrutura domiciliar, mortalidade infantil e renda domiciliar per capita, acerca dos 23 municípios maiores beneficiários do PBF, e ao comparar as informações quantitativas dos anos de 2000 e 2010, percebe-se uma significativa melhora na maioria dos municípios, o que igualmente se verifica na comparação com o Estado como um todo.

O percentual de crianças entre 6 a 14 anos fora da escola reduziu 56,61% nos municípios analisados, enquanto no estado diminuiu em média 42,97%, podendo-se concluir que os impactos do repasse de recursos do PBF nos municípios de menor renda per capita tiveram um efeito mais importante quando comparado com o efeito provocado sobre a mesma variável, em municípios com rendas per capita variadas que compõe o estado gaúcho.

A taxa de mortalidade infantil média apresentou uma redução maior no conjunto dos municípios de menor renda per capita (31,98%) em relação ao Estado (25,91%). Os 23

municípios mais pobres obtiveram melhoras também quanto ao acesso de banheiro e água encanada e de energia elétrica.

Porém na variável estudada sobre a renda domiciliar per capita considerando seus valores reais, não se confirmou o aumento desta. Após analisar e fazer um comparativo entre os municípios mais receptores do benefício e dos municípios nos quais 5% da população foi beneficiada no ano de 2010, chegou-se a conclusão que nos municípios recebedores de maior quantidade de recursos do PBF, a renda caiu menos (25.64%), do que nos municípios que receberam menos recursos do PBF (34,73%). Vale ressaltar, portanto, que embora a renda ao longo da década sofresse uma queda em se tratando de valores reais, a mesma teria obtido uma queda mais significativa sem o auxílio do PBF. Contudo, pode-se concluir que a queda da renda seja oriunda de outros fatores, tais como o aumento do desemprego devido a crise de 2008, assim como as interpéries da agricultura, a queda do preço de algumas commodities, dentre outros.

Ainda, salienta-se que há indícios que permitem concluir que a redução das variáveis relevantes que compõe a conceituação da pobreza, para os 23 municípios gaúchos em 2010, teve contribuição decisiva dos recursos advindos do PBF, uma vez que quando comparado com 2004, os mesmos municípios obtiveram um incremento de 28,02% nos repasses destinados ao Programa.

Há também que mencionar, que destes 23 municípios analisados no ano de 2010, 82,61% possuíam um maior contingente da população no meio rural, o que justifica a necessidade de uma análise mais detida no aporte teórico desenvolvido por Ellis, relativa à diversificação dos Meios de Vida. Nesta monografia, há apenas a descrição dessa abordagem teórica, sendo que a escolha pela não utilização desses elementos teóricos no trabalho decorre, portanto, da dificuldade em analisar as particularidades das estratégias de diversificação desenvolvidas pelos produtores rurais de cada município, sugerindo seu aprofundamento em estudos posteriores.

Conclui-se que o PBF tem contribuído para uma melhor qualidade de vida nos municípios analisados. Considerando os dois anos estudados, a pobreza no concernente às suas variáveis mais representativas reduziu-se em uma magnitude superior nos municípios de menor renda domiciliar per capita, e com maior número de famílias beneficiárias do PBF, comparativamente, em relação ao estado do Rio Grande do Sul. Contudo, verificou-se que no ano de 2010, os benefícios do PBF, na sua grande maioria, não foram repassados aos municípios de menor renda per capita média.

## REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL – ATLAS BRASIL. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/> , acesso em 20 de março de 2015.

BRASIL. Lei nº 10836, de 9 de janeiro de 2004. **Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 13 de junho de 2014.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Afiliada, 2002.

CLETO, C. I; DEZORDI, L. **Políticas Econômicas**, 2002.

COMIN, F.; BAGOLIN, I. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, p. 467-490, 2002. Disponível em: <[revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/2017/2398](http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewPDFInterstitial/2017/2398)>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

DEDECCA, C.; BARBIERI, C. V. **Fome Zero e Pilotos para a Política Social**. SI, 2005.

DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DO SUS – DATASUS. Disponível em <http://www.datasus.saude.gov.br/> , acesso em março de 2015.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: University, 2000.

GALLIANO, A. G. **O Método Científico**: Teoria e Prática. São Paulo: Harbra, 1979.

GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. D. **Finanças Públicas**: Teoria e Prática o Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>, acesso em 27 de junho de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/>, acesso em 15 de março de 2015.

KRANTZ, L. **The Sustainable Livelihood Approach to Poverty Reduction Na Introduction**. Escotlm: Sida, 2001.

KÜNNEMAN, R. **Transferências de renda e meta de desenvolvimento do milênio: uma abordagem de direitos humanos**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME – MDS. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>, acesso em: 13 de junho de 2014.

MUSGRAVE, R. A.; MUSGRAVE, P. B. **Finanças Públicas: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS. Porto Alegre, 2007.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA – Disponível em <http://www.portaltransparencia.gov.br/>, acesso em 10 de março de 2015.

PIJNENBURG, B. et al. **Estratégias de geração de renda das famílias rurais e suas interações com o ambiente institucional local**. Maputo: UEM, 2000.

REIS, J. C. dos. **Desempenho macroeconômico, políticas públicas e taxa de pobreza estadual no Brasil: 1981-2006**. Dissertação. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional UFMG, 2008.

RIANI, F. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.



RIBEIRO, E. A. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

RIBEIRO, S. C. **Caracterização da Pobreza no Território de Identidade de Vitória da Conquista em 2010**: um estudo a partir da abordagem das necessidades básicas e da abordagem das capacitações. Disponível em: [http://www.uesb.br/eventos/semana\\_economia/2012/anais/d02.pdf](http://www.uesb.br/eventos/semana_economia/2012/anais/d02.pdf). Acesso em 27 de Junho de 2014.

RUA, M. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC [Brasília]: CAPS: UAB, 2009.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda**. Tradução Heloísa Brambatti. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTANA, J. Á. **A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Seminário População, Pobreza e Desigualdade**. Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007.

SCHNEIDER, S. **Diversificação como estratégia de desenvolvimento rural**: referências teóricas para construção de alternativas economicamente sustentáveis de diversificação da produção e renda em áreas de cultivo do tabaco no Brasil – subsídios à implementação dos Artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. Porto Alegre, 2010a. (Relatório).

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Desigualdade Reexaminada**. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Editora Record, 2001 [1992].

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, M. O. S. e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1429-1439, 2007.

SITOE, T. A. **A Abordagem dos Modos de Vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no Meio Rural Africano**. Editora Ijuí, 2011. Disponível em <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/viewFile/49/8>>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

SOUZA, C. O. de. **Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais**. 105f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa MG, 2007.

VINHAIS, H.; SOUZA, A. P. **Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 34. Salvador, 2006. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

## **ANEXOS**

---

**ANEXO A: Tabela que relaciona nº da população e nº de beneficiários PBF em 2010****(continua)**

Município – RS	População 2010	N. Beneficiários PBF2010	relação beneficiarios/população 2010
São Nicolau	5.727	847	0,147895932
São José das Missões	2.720	399	0,146691176
Cristal do Sul	2.826	411	0,145435244
Inhacorá	2.267	291	0,128363476
Coronel Bicaco	7.748	994	0,128291172
Jaboticaba	4.111	526	0,127949404
Santana da Boa Vista	8.244	1.029	0,124818049
Tunas	4.395	543	0,123549488
Porto Xavier	10.560	1.296	0,122727273
Ubiretama	2.296	281	0,12238676
Unistalda	2.453	300	0,122299225
São José do Norte	25.523	3.110	0,12185088
Erval Seco	7.878	942	0,119573496
Vitória das Missões	3.485	409	0,117360115
Cerro Grande	2.417	276	0,114191146
Redentora	10.222	1.163	0,113774212
Rio dos Índios	3.616	411	0,113661504
Lajeado do Bugre	2.487	282	0,113389626
Ametista do Sul	7.323	826	0,112795302
Quevedos	2.710	305	0,112546125
Planalto	10.524	1.182	0,112314709
Fontoura Xavier	10.712	1.202	0,112210605
Iraí	8.078	906	0,112156474
São Francisco de Assis	19.258	2.148	0,111538062
Herval	6.757	753	0,111439988
São Pedro das Missões	1.886	210	0,111346766
Garruchos	3.233	359	0,111042376
Trindade do Sul	5.787	642	0,11093831
São Paulo das Missões	6.367	692	0,108685409
Maximiliano de Almeida	4.907	533	0,108620338
Itacurubi	3.441	373	0,108398721
Jaquirana	4.177	452	0,108211635
Lagoão	6.185	667	0,107841552
Bossoroca	6.887	740	0,107448817
Dezesseis de Novembro	2.866	307	0,107117934
Pedras Altas	2.218	236	0,106402164
Roque Gonzales	7.206	765	0,106161532
Benjamin Constant do Sul	2.307	244	0,105765063
São José do Herval	2.204	232	0,105263158
Pirapó	2.757	290	0,105186797

**ANEXO A: Tabela que relaciona n° da população e n° de beneficiários PBF em 2010****(conclusão)**

Município – RS	População 2010	N. Beneficiários PBF2010	relação beneficiarios/população 2010
Porto Vera Cruz	1.852	192	0,103671706
Sete de Setembro	2.126	220	0,103480715
Faxinalzinho	2.567	264	0,102843787
Sentinela do Sul	5.197	530	0,101981913
Jacuizinho	2.507	254	0,101316314
Maçambará	4.742	480	0,101223113
Hulha Negra	6.048	608	0,100529101
Barracão	5.355	537	0,100280112

Fonte: IBGE, 2014.

**ANEXO B: Tabela que demonstra os municípios gaúchos com menor renda per capita domiciliar em 2010**

(continua)

Município	renda per capita domiciliar 2010
Redentora	325,47
Benjamin Constant do Sul	335,60
Lajeado do Bugre	337,31
Barra do Quaraí	338,19
Dezesseis de Novembro	381,65
Jaquirana	382,92
Unistalda	386,27
Jaboticaba	389,59
Santana da Boa Vista	394,93
Dom Feliciano	398,65
Pinhal da Serra	398,86
Jari	408,21
Capão do Cipó	411,69
Dois Irmãos das Missões	422,46
Cristal do Sul	425,16
Faxinalzinho	425,64
Passa Sete	425,94
Barão do Triunfo	427,93
Lagoão	429,48
Vila Nova do Sul	433,45
Rio dos Índios	434,51
São Pedro das Missões	437,66
Pedras Altas	442,1
Inhacorá	448,11
Vale Verde	448,28
Capão Bonito do Sul	453,2
Mampituba	453,6
Vicente Dutra	456,53
Hulha Negra	457,85
São José das Missões	460,69
Chувиска	464,24
Capão do Leão	466,93
Derrubadas	469,39
Cerrito	470,11
Bossoroca	470,58
Garruchos	470,85
Braga	471,08
São Martinho da Serra	471,27
Mata	473,07
Pirapó	473,13
São Nicolau	473,52
Monte Alegre dos Campos	474,3

**ANEXO B: Tabela que demonstra os municípios gaúchos com menor renda per capita domiciliar em 2010**

**(conclusão)**

Município	renda per capita domiciliar 2010
Vitória das Missões	475,31
Boa Vista das Missões	476,56
Caraá	477,45
Tunas	481,63
Gramado dos Loureiros	482,09
Esmeralda	485,43
Três Forquilhas	485,69

Fonte: DataSus, 2014<sup>7</sup>

<sup>7</sup> O salário mínimo do último ano para o qual a série está sendo calculada torna-se a referência para toda a série. Esse valor é corrigido para todos com base no INPC de julho de 2010, alterando o valor da linha de pobreza e consequentemente a proporção de pobres. Nesta tabela, o valor de referência, salário mínimo de 2010, é de R\$ 510,00.

**ANEXO C: Número da população urbana e rural nos Municípios Gaúchos em 2010**

Municípios	População Total (2010)	População rural (2010)	População urbana (2010)
São Nicolau	5727	2035	3692
São José das Missões	2720	1892	828
Cristal do Sul	2826	1895	931
Inhacorá	2267	921	1346
Jaboticaba	4111	2624	1487
Santana da Boa Vista	8244	4519	3725
Tunas	4395	3020	1375
Unistalda	2453	1540	913
Vitória das Missões	3485	2816	669
Redentora	10222	7220	3002
Rio dos Índios	3616	2861	755
Lajeado do Bugre	2487	1781	706
São Pedro das Missões	1886	1354	532
Garruchos	3233	2177	1056
Jaquirana	4177	1747	2430
Lagoão	6185	4530	1655
Bossoroca	6887	3205	3682
Dezesseis de Novembro	2866	2199	667
Pedras Altas	2218	1446	772
Benjamin Constant do Sul	2307	1966	341
Pirapó	2757	1980	777
Faxinalzinho	2567	1294	1273
Hulha Negra	6048	3134	2914

Fonte: IBGE, 2014.



## ANEXO D: Transferências de Recursos pelo Estado do RS / Município em 2010

Total Destinado aos favorecidos situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 2010			
	R\$ 6 981 559 983, 08		
	Total Destinado aos favorecidos situados nos municípios 2010	Total Destinado a Ação Bolsa Família 2010	% 2010
São Nicolau	R\$ 6 822 299,99	R\$ 928 040,00	13,60
São José das Missões	R\$ 5 068 107,83	R\$ 436 111,00	8,60
Cristal do Sul	R\$ 5 523 985,75	R\$ 442 749,00	8,01
Inhacorá	R\$ 4 663 478,62	R\$ 312 654,00	6,70
Jaboticaba	R\$ 5 680 332,06	R\$ 621 786,00	10,95
Santana da Boa Vista	R\$ 7 967 683,48	R\$ 1 090 208,00	13,68
Tunas	R\$ 6 284 142,31	R\$ 655 215,00	10,43
Unistalda	R\$ 4 897 286,04	R\$ 315 598,00	6,44
Vitória das Missões	R\$ 4 987 901,75	R\$ 453 997,00	9,10
Redentora	R\$ 8 747 031,85	R\$ 1 555 774,00	17,79
Rio dos Índios	R\$ 5 017 858,55	R\$ 480 372,00	9,57
Lajeado do Bugre	R\$ 4 604 815,08	R\$ 315 150,00	6,84
São Pedro das Missões	R\$ 4 416 002,51	R\$ 251 364,00	5,69
Garruchos	R\$ 5 449 864,10	R\$ 389 576,00	7,15
Jaquirana	R\$ 5 272 912,96	R\$ 480 972,00	9,12
Lagoão	R\$ 6 457 787,33	R\$ 697 968,00	10,81
Bossoroca	R\$ 7 359 020,55	R\$ 782 500,00	10,63
Dezesseis de Novembro	R\$ 4 781 782,84	R\$ 344 788,00	7,21
Pedras Altas	R\$ 5 358 913,48	R\$ 250 269,00	4,67
Benjamin Constant do Sul	R\$ 5 320 137,82	R\$ 305 698,00	5,75
Pirapó	R\$ 4 828 158,64	R\$ 283 969,00	5,88
Faxinalzinho	R\$ 4 424 983,20	R\$ 321 098,00	7,26
Hulha Negra	R\$ 7 705 459,47	R\$ 694 174,00	9,00

Fonte: Portal da Transparência, 2015

### ANEXO E: Transferências de Recursos pelo Estado do RS / Município em 2004

Total Destinado aos favorecidos situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul em 2004			
	R\$ 4 285 064 992,00		
	Total Destinado aos favorecidos situados nos municípios 2004	Total Destinado a Ação Bolsa Família 2004	% 2004
São Nicolau	R\$ 4 107 382,94	R\$ 654 542,10	15,94
São José das Missões	R\$ 2 936 795,64	R\$ 148 263,26	5,05
Cristal do Sul	R\$ 2 941 221,80	R\$ 120 379,77	4,09
Inhacorá	R\$ 3 005 199,31	R\$ 81 461,84	2,71
Jaboticaba	R\$ 3 528 979,88	R\$ 329 927,92	9,35
Santana da Boa Vista	R\$ 4 251 732,72	R\$ 356 039,26	8,37
Tunas	R\$ 3 538 925,82	R\$ 185 422,65	5,24
Unistalda	R\$ 2 934 762,36	R\$ 43 228,54	1,47
Vitória das Missões	R\$ 3 280 548,21	R\$ 271 847,06	8,29
Redentora	R\$ 4 993 725,44	R\$ 777 320,13	15,57
Rio dos Índios	R\$ 3 061 496,59	R\$ 226 689,84	7,40
Lajeado do Bugre	R\$ 2 942 201,22	R\$ 140 916,04	4,79
São Pedro das Missões	R\$ 2 776 601,22	R\$ 98 934,28	3,56
Garruchos	R\$ 3 406 581,13	R\$ 249 062,24	7,31
Jaquirana	R\$ 3 104 517,12	R\$ 191 215,49	6,16
Lagoão	R\$ 3 822 295,18	R\$ 316 673,53	8,28
Bossoroca	R\$ 4 533 572,62	R\$ 679 224,29	14,98
Dezesseis de Novembro	R\$ 3 260 039,81	R\$ 295 447,17	9,06
Pedras Altas	R\$ 3 400 586,75	R\$ 96 463,88	2,84
Benjamin Constante do Sul	R\$ 3 093 830,76	R\$ 81 612,92	2,64
Pirapó	R\$ 3 159 515,63	R\$ 274 603,29	8,69
Faxinalzinho	R\$ 2 828 565,76	R\$ 87 615,37	3,10
Hulha Negra	R\$ 3 275 856,12	R\$ 173 325,20	5,29

Fonte: Elaborado pelo próprio autor através do IGP-DI, FGV, do IPEADATA, 2015.